



REQUERIMENTO Nº _____/2026

A Vereadora que o presente subscreve, depois de observar as normas regimentais, **REQUER** à Mesa Diretora a expedição de correspondência ao Excelentíssimo Senhor Chefe do Executivo Municipal, com encaminhamento à Secretaria Municipal de Saúde e à Secretaria Municipal de Educação, **solicitando o envio de informações detalhadas e levantamento estatístico sobre a incidência de Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) entre adolescentes e jovens usuários da rede pública municipal de Macaé.**

Para fins de fiscalização e subsídio à formulação de políticas públicas preventivas, solicita-se:

1. Dados Epidemiológicos: Relatório contendo o número de casos notificados de ISTs (especialmente Sífilis, HIV, HPV e Gonorréia) na faixa etária de 12 a 18 anos, referente aos anos de 2023, 2024 e o primeiro trimestre de 2025.
2. Recorte Geográfico: Mapeamento dos bairros ou distritos que apresentam os maiores índices de notificações entre o público jovem, visando identificar áreas de maior vulnerabilidade.
3. Ações em Unidades Escolares: Informações sobre a execução do Programa Saúde na Escola (PSE) voltado especificamente para a temática de saúde reprodutiva e prevenção de ISTs nas escolas da rede municipal.
4. Acesso a Testagem: Relatório sobre a oferta e a procura de testes rápidos para este público-alvo nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) e nos Centros de Testagem e Aconselhamento (CTA) do município.
5. Campanhas de Conscientização: Relação das campanhas publicitárias e educativas realizadas pela municipalidade focadas na linguagem e nos canais de comunicação acessíveis aos adolescentes.

Sala das Sessões, 29 de Abril de 2026.

Liomar Queiroz dos Santos
Vereadora- Autora

Elaboração: R.O

Justificativa:

A presente proposição fundamenta-se na necessidade de obter um diagnóstico fidedigno sobre a saúde sexual e reprodutiva dos adolescentes de Macaé, permitindo que este Legislativo fiscalize a eficiência das políticas de prevenção primária. O aumento da incidência de ISTs entre jovens é uma preocupação global que exige respostas locais rápidas e coordenadas entre as pastas da Saúde e Educação, conforme preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Lei Orgânica Municipal no que tange ao direito à saúde e à informação. A obtenção de dados estatísticos precisos e atualizados é o primeiro passo para o desenvolvimento de estratégias que combatam a desinformação e facilitem o acesso ao diagnóstico precoce, reduzindo o impacto social e os custos futuros para o sistema público de saúde. Sem o conhecimento da realidade epidemiológica local, o planejamento de campanhas de vacinação (como a do HPV) e de distribuição de insumos preventivos corre o risco de não atingir os grupos de maior risco, tornando a transparência desses dados essencial para a salvaguarda da juventude macaense.